

Impasses e desafios do processo contemporâneo de globalização

Marina Gusmão de Mendonça¹

O termo globalização, por seu uso indiscriminado, tornou-se, já há algum tempo, quase que desprovido de significado. De fato, a mídia encarregou-se de popularizar de tal forma o vocábulo, que ele freqüenta desde obras teóricas e de caráter analítico mais profundo, quanto conversas descompromissadas de bar e de salão. Ademais, a imprensa especializada em finanças apoderou-se do termo de maneira a levar as pessoas leigas a confundirem-no com mercado financeiro. Todavia, uma recuperação das origens e do verdadeiro significado da palavra, bem como uma reflexão sobre suas implicações faz-se necessária, para que se possa analisar o processo de globalização, que é real, em toda a sua amplitude.

Desse modo, um primeiro aspecto a se abordar diz respeito às origens do conceito de globalização. Com efeito, o termo surgiu no início da década de 1980, disseminado por grandes escolas norte-americanas de administração de empresas, as chamadas *business management schools*. Sua popularização deu-se a partir de artigos e obras de consultores de estratégia e *marketing* empresarial, entre os quais destacam-se K. Ohmae e M. E. Porter. Com sua adoção pela imprensa econômica e financeira de língua inglesa, a palavra se difundiu, tendo sido apropriada principalmente pelos grupos neo-liberais.

Nesse processo de difusão do conceito pelas forças do neo-liberalismo, três mensagens às empresas estavam implícitas: que a liberalização e a desregulamentação dos mercados significava o levantamento de todos os obstáculos ao lucro; que as novas tecnologias de comunicação permitiriam extraordinários controles da movimentação do

¹ Bacharel em História e em Direito pela Universidade de São Paulo; Mestre e Doutora em História Econômica pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo; Professora Titular de Formação Econômica do Brasil e Formação Econômica da América Latina na Faculdade de Economia e Relações Internacionais da Fundação Armando Álvares Penteado (FAAP); autora de *O demolidor de presidentes* (Editora Códex) e de *Formação econômica do Brasil* (Editora Thomson), este último em colaboração com Marcos Cordeiro Pires.

capital, da produção e da realização de lucros pelas empresas; e, por fim, que haveria uma necessidade urgente de reorganização das empresas em função das novas estratégias internacionais.

Um dos primeiros países a pôr em prática essas advertências e a adotar o termo globalização foi o Japão, onde se procurou eliminar todos os conflitos entre as empresas por meio do estabelecimento de interesses comuns. Disseminou-se, assim, a idéia de um mundo sem fronteiras e de empresas sem nacionalidade.

Já a França procurou uma terminologia própria para designar o processo em curso, adotando a palavra “mundialização” que, no entanto, não foi aceita fora das fronteiras do país e, nem mesmo, em alguns círculos nacionais. Segundo François Chesnais, “o termo de origem francesa ‘mundialização’ (*mondialisation*) encontrou dificuldades para se impor, não apenas em organizações internacionais, mesmo que supostamente bilíngües, como a OCDE², mas também no discurso econômico e político francês. Isso deve-se, claro, ao fato de que o inglês é o veículo lingüístico por excelência do capitalismo e que os altos executivos dos grupos franceses estão entupidos dos conceitos e do vocabulário em voga nas *business schools*. Mas também, com certeza, ao fato de que o termo ‘mundialização’ tem o defeito de diminuir, pelo menos um pouco, a falta de nitidez conceitual dos termos ‘global’ e ‘globalização’”. E adverte: “a palavra ‘mundial’ permite introduzir, com muito mais força do que o termo ‘global’, a idéia de que, se a economia se mundializou, seria importante construir depressa instituições políticas mundiais capazes de dominar o seu movimento. Ora, isso é o que as forças que atualmente regem os destinos do mundo não querem de jeito nenhum”³.

Todavia, é importante ressaltar que, se o termo tem aproximadamente 20 anos, a idéia relativa a um processo de internacionalização do capital data do início do século XX, quando os primeiros teóricos do imperialismo desenvolveram suas análises a partir da realidade da época, marcada pela expansão territorial e econômica da Europa, pela disputa por mercados e fontes de matérias-primas por parte dos países capitalistas centrais, e pela formação de grandes *trusts* e cartéis. Passemos, pois, a um retrospecto sobre esses autores e as principais idéias desenvolvidas em suas obras.

² OCDE: Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico.

³ CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996, p. 24. (grifos do autor).

Origens da crítica à internacionalização do capital: as teorias sobre o imperialismo.

O primeiro autor a se destacar na análise da internacionalização do capital foi John A. Hobson⁴, que desenvolveu uma reflexão a respeito do imperialismo britânico, assinalando a posição central das finanças no sistema capitalista inglês.

Seguiram-se os autores que, de uma forma ou de outra, estavam ligados à II Internacional. Assinale-se que todos eles concordavam sobre a questão da unidade da economia mundial, na qual se verificava uma integração cada vez mais estreita de todas as suas partes, num sistema de relações moldado pelo capital e dominado pelos países capitalistas centrais. Assim, em 1910, R. Hilferding publicou “O capital financeiro”⁵, em que abordava a dimensão da exportação de valor destinado à produção de mais-valia no exterior (atualmente chamado de Investimento Externo Direto – IED).

A seguir, em 1912, Rosa Luxemburg publicou “A acumulação do capital”⁶, em que procedia à análise dos mecanismos de centralização de riqueza, que beneficiavam os grandes conglomerados financeiros. Ressaltava, como um desses mecanismos, os empréstimos feitos a Estados semi-coloniais para financiamento de grandes obras de infra-estrutura, e destacava a importância da indústria bélica na expansão mundial do capital. E, em 1915, na obra “A economia mundial e o imperialismo”⁷, Bukharin definia a economia mundial como um sistema de relações de produção e de troca, que abrange o mundo todo.

No ano seguinte, Lênin divulgou um de seus textos mais conhecidos – “Imperialismo, fase superior do capitalismo”⁸ -, que constitui uma síntese sobre o conjunto das características do imperialismo. Dentre elas, destacava: o processo de concentração e centralização do capital industrial e a formação de grandes grupos industriais (monopólios); o movimento de concentração e centralização do capital monetário, verificado desigualmente na área dos bancos, e que constituiria a origem do capital financeiro; e a

⁴ Veja-se: HOBSON, John A. *A evolução do capitalismo moderno*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

⁵ Veja-se: HILFERDING, R. *O capital financeiro*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

⁶ Veja-se: LUXEMBURG, Rosa. *A acumulação do capital*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

⁷ Veja-se: BUKHARIN, N. *La economía mundial del imperialismo*. Córdoba: Pasado y Presente, 1973.

⁸ Veja-se: LENIN, V. I. Imperialismo, fase superior do capitalismo In: *Obras escolhidas*. São Paulo: Alfa-Omega, 1982, v. 1.

importância da exportação de capitais, em contraposição à exportação de mercadorias, o que desencadeava a centralização em favor de países exportadores de capital.

Por fim, Trotsky, no Prefácio de sua obra “A revolução permanente”⁹, de 1930, considerava a economia mundial como uma poderosa realidade independente, criada pela divisão internacional do trabalho e pelo mercado mundial, que dominava todos os mercados nacionais. Segundo ele, a inserção dos países atrasados e das colônias nessa economia internacional se dava sob a égide do capital financeiro, levando a um desenvolvimento desigual e combinado entre as diversas nações.

Como se vê, todos esses teóricos do imperialismo apontavam para um movimento que, na verdade, já no período entre o final do século XIX (coincidindo, portanto, com a partilha da África e da Ásia) e as primeiras décadas do século XX (marcadas, pois, pela Primeira Guerra Mundial, pela Revolução Russa e pela crise de 1929), era perfeitamente visível, e que correspondia ao processo de internacionalização do capitalismo e de predomínio do capital financeiro.

As críticas contemporâneas

Dentre os principais críticos da acentuação recente do processo de internacionalização do capital – comumente chamado de globalização –, alguns devem ser mencionados. O primeiro deles é Samir Amin¹⁰, que apontou para a expansão do sistema capitalista com base na integração simultânea de três mercados, considerados no âmbito dos Estados-nação: os mercados fornecedores e consumidores, o mercado de capital e o mercado de trabalho. Segundo ele, o processo de mundialização – atente-se para o fato de o autor utilizar a terminologia de origem francesa – leva, na verdade, à eliminação da integração entre os mercados, uma vez que não abrange o trabalho. Dessa forma, as empresas exploram diferenças de remuneração entre as diversas regiões do globo, impondo, ao mesmo tempo, a flexibilização e o rebaixamento dos salários para os operários dos países mais avançados, o que, a longo prazo, gera uma tendência ao alinhamento.

⁹ Veja-se: TROTSKY, Leon. Prefácio In: *A revolução permanente*. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

¹⁰ Veja-se: AMIN, Samir. *El capitalismo en la globalización*. Barcelona: Paidòs, 1999.

Outro autor a ser destacado é Richard Barnet¹¹, que considera a civilização do capitalismo mundializado como um bazar cultural e um centro comercial mundializados (mais uma vez, assinale-se a utilização do termo de origem francesa). Segundo ele, as indústrias de mídia exercem papel extremamente importante no nivelamento cultural e na homogeneização da demanda em nível mundial.

No entanto, Octavio Ianni, em seu livro “Teorias da globalização”, ressalta o caráter histórico do capitalismo e sua tendência para a expansão e para a internacionalização. Segundo ele, “desde que o capitalismo desenvolveu-se na Europa, apresentou sempre conotações internacionais, transnacionais e mundiais, desenvolvidas no interior da acumulação originária do mercantilismo, do colonialismo, do imperialismo, da dependência e da interdependência. E isso está evidente nos pensamentos de Adam Smith, David Ricardo, Herbert Spencer, Karl Marx, Max Weber e muitos outros. Mas é inegável que a descoberta de que o globo terrestre (...) não é mais apenas uma figura astronômica, e sim, histórica, abala modos de ser, pensar, fabular”¹². Mas acrescenta: “o problema da globalização, em suas implicações empíricas e metodológicas, ou históricas e teóricas, pode ser colocado de modo inovador, propriamente heurístico, se aceitamos refletir sobre algumas metáforas produzidas precisamente pela reflexão e imaginação desafiadas pela globalização. Na época da globalização, o mundo começou a ser taquigrafado como ‘aldeia global’, ‘fábrica global’, ‘terrapátria’, ‘nave espacial’, ‘nova Babel’ e outras expressões. São metáforas razoavelmente originais, suscitando significados e implicações. Povoam textos científicos, filosóficos, artísticos”¹³.

Aliás, as metáforas acerca do processo de globalização, usadas pelos diversos autores, são enfatizadas por Renato Ortiz, que aponta para o caráter de novidade do fenômeno e de insuficiência teórica das ciências sociais para explicá-lo. Segundo ele, “chama a atenção nesses textos a profusão de metáforas utilizadas para descrever as transformações deste final de século¹⁴: ‘primeira revolução mundial’ (Alexander King), ‘terceira onda’ (Alvin Toffler), ‘sociedade informática’ (Adam Schaff), ‘sociedade américa’ (Kenichi Ohmae), ‘aldeia global’ (McLuhan). Fala-se da passagem de uma

¹¹ Veja-se: BARNET, Richard. *Global dreams: imperial corporations and the new world order*. Nova York: Simon & Schuster, 1994.

¹² IANNI, Octavio. *Teorias da globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 15.

¹³ Idem, p. 16.

¹⁴ Evidentemente, o autor se refere ao final do século XX.

economia de *high volume* para outra de *high value* (Robert Reich), e da existência de um universo habitado por ‘objetos móveis’ (Jacques Attali) deslocando-se incessantemente de um lugar a outro do planeta. Por que esta recorrência no uso de metáforas? Elas revelam uma realidade emergente ainda fugidia ao horizonte das ciências sociais”¹⁵.

Quanto à idéia de que a grande novidade da globalização está ligada à disseminação da informação, transformando o planeta numa comunidade global, num mundo sem fronteiras, num *shopping center* global, numa Disneylândia global, é interessante notar que, já na década de 1970, Marshall McLuhan enfatizava a rapidez com que se transmitiam as informações: “hoje passamos da produção de artigos empacotados para o empacotamento de informações. Antigamente invadíamos os mercados estrangeiros com mercadorias. Hoje invadimos culturas inteiras (...) com pacotes de informações, entretenimentos e idéias. Em vista da instantaneidade dos novos meios de imagem e som, até o jornal é lento”¹⁶.

Outro aspecto a se salientar, e que foi apontado por Theodore Levitt, diz respeito ao fato de que as diferenças culturais estão desaparecendo, e que o globo todo está ficando semelhante: “em todos os lugares, tudo cada vez mais se parece com tudo o mais, à medida que a estrutura de preferências do mundo é pressionada para um ponto comum homogeneizado”¹⁷.

No que tange aos aspectos econômicos da globalização, Folker Froebel sublinha ser “evidente que os países em desenvolvimento estão agora oferecendo espaços para a lucrativa manufatura de produtos industriais destinados ao mercado mundial, em escala crescente”. Segundo ele, “isto se deve a vários fatores, entre os quais destacam-se os seguintes: Primeiro, um reservatório de mão-de-obra praticamente inesgotável tornou-se disponível nos países em desenvolvimento nos últimos séculos (...). Segundo, a divisão e subdivisão do processo produtivo estão agora tão avançadas que a maioria destas operações fragmentadas pode ser realizada com um mínimo de qualificação profissional adquirida em pouco tempo (...). Terceiro, o desenvolvimento das técnicas de transporte e comunicações cria a possibilidade, em muitos casos, da produção completa ou parcial de mercadorias em

¹⁵ ORTIZ, Renato. *Mundialização e cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 14. (grifos do autor).

¹⁶ McLUHAN, Marshall. *A imagem, o som e a fúria*. São Paulo: Cultrix, 1973, p. 563-570.

¹⁷ LEVITT, Theodore. *A imaginação do marketing*. São Paulo: Atlas, 1991, p. 43.

qualquer lugar do mundo; uma possibilidade não mais influenciada por fatores técnicos, organizacionais ou de custos”¹⁸.

Para Octavio Ianni, de fato, “a fábrica global instala-se além de toda e qualquer fronteira, articulando capital, tecnologia, força de trabalho, divisão do trabalho social e outras forças produtivas. Acompanhada pela publicidade, a mídia impressa e eletrônica, a indústria cultural, misturadas em jornais, revistas, livros, programas de rádio, emissões de televisão, videoclipe, fax, redes de computadores e outros meios de comunicação, informação e fabulação, dissolve fronteiras, agiliza mercados, generaliza o consumismo. Provoca a desterritorialização e a reterritorialização das coisas, gentes e idéias. Promove o redimensionamento de espaços e tempos”. Porém, assinala: “logo se vê que a fábrica global é tanto metáfora como realidade. Aos poucos, sua dimensão real impõe-se ao emblema, à poética. O que se impõe, com força avassaladora, é a realidade da fábrica da sociedade global, altamente determinada pelas exigências da reprodução ampliada do capital. No âmbito da globalização, revelam-se às vezes transparentes e inexoráveis os processos de concentração e centralização do capital, articulando empresas e mercados, forças produtivas e centros decisórios, alianças estratégicas e planejamentos de corporações, tecendo províncias, nações, continentes, ilhas e arquipélagos, mares e oceanos”¹⁹.

Esse caráter total da globalização e suas implicações foram questionados por Jorge Luís Borges. Segundo ele, “organizar uma entidade que abarca o planeta não é uma empresa insignificante... Propor uma assembléia que representasse todos os homens seria como fixar o número exato dos arquétipos platônicos, enigma que tem ocupado durante séculos a perplexidade dos pensadores”²⁰.

Max Horkheimer também abordou as questões e implicações envolvidas no caráter total da globalização, que levam à crise das formas conhecidas de pensamento: “a crise da razão se manifesta na crise do indivíduo, por meio da qual se desenvolveu. A ilusão acalentada pela filosofia tradicional sobre o indivíduo e sobre a razão – a ilusão de sua eternidade – está se dissipando. O indivíduo outrora concebia a razão como um instrumento do eu, exclusivamente. Hoje, ele experimenta o reverso dessa auto-deificação. A máquina

¹⁸ FROEBEL, Folker et al. *The new international division of labour: structural unemployment in industrialized countries and industrialization in developing countries*. Cambridge: Cambridge University Press, 1980, p. 13 apud IANNI, Octavio, op. cit., 2000, p. 19.

¹⁹ IANNI, Octavio, op. cit., 2000, p. 19.

²⁰ BORGES, Jorge Luís. *El libro de arena*. Madri: Alianza Editorial, 1981, p. 26-27.

expeliu o maquinista; está correndo cegamente pelo espaço. No momento da consumação, a razão tornou-se irracional e embrutecida. O tema deste tempo é a autopreservação, embora não exista mais um eu a ser preservado”²¹.

O que se vê, hoje, é uma tecnificação universalizada das relações sociais. O desenvolvimento extensivo e intensivo do capitalismo no mundo levou à generalização da racionalidade formal e real inerente ao modo de operação do mercado, da empresa, do aparelho de Estado, enfim, da administração de tudo. Para tanto, é necessária uma codificação de tudo segundo os princípios do Direito, de forma a permitir o predomínio de valores e fins constituídos no âmbito do mercado. A sociedade, enfim, é vista como um amplo espaço de trocas.

É o que se vê do comentário de Robert Kurz, para quem o que existe, hoje, é a subordinação da razão ao dinheiro. Segundo ele, “a razão universal supostamente absoluta rebaixou-se à mera racionalidade funcional, a serviço do processo de valorização do dinheiro, que não tem sujeito, até a atual capitulação incondicional das chamadas ‘ciências do espírito’. O universalismo abstrato da razão ocidental revelou-se como mero reflexo da abstração real objetiva do dinheiro”²².

Como se vê, e independentemente da ênfase, os autores concordam sobre alguns aspectos de novidade do recente processo de globalização, que tem transformado não apenas o papel dos Estados e nações, mas também as formas de produção, de pensamento e as próprias relações entre os homens. Passemos agora à análise da questão da permanência do Estado-nação no âmbito do processo de globalização, e que constitui uma de suas mais profundas contradições.

A questão da permanência dos Estados-nação.

Um dos aspectos mais intrigantes do recente processo de globalização diz respeito à questão dos Estados-nação num contexto de economia e de cultura globalizadas. Para analisá-lo, devemos nos reportar à reflexão de Fernand Braudel sobre as diferenças entre economia mundial e aquilo que ele denominou de economia-mundo.

²¹ HORKHEIMER, Max. *Eclipse da razão*. Rio de Janeiro: Editorial Labor do Brasil, 1976, p. 139.

²² KURZ, Robert. *O colapso da modernização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992, p. 239.

De acordo com Braudel, “por *economia mundial* entende-se a economia do mundo considerado em seu todo, ‘o mercado de todo o universo’, como já dizia Sismondi. Por *economia-mundo*, (...) entendo a economia de somente uma porção do nosso planeta, na medida em que essa porção forma um todo econômico. (...) o Mediterrâneo no século XVI era, por si só, uma (...) economia-mundo; podendo igualmente chamar-lhe, em alemão, (...) ‘um mundo em si mesmo’. Uma economia mundo pode definir-se como uma tríplice realidade:

- Ela ocupa um espaço geográfico dado; portanto, tem limites que a explicam e que variam, embora com uma certa lentidão. Ocorrem mesmo, forçosamente, de tempos em tempos, mas a longos intervalos, rupturas. Assim foi após as Grandes Descobertas do final do século XV. Assim foi em 1689, quando a Rússia, pela mão de Pedro o Grande, abriu-se para a economia européia. (...)
- Uma economia-mundo aceita sempre um *pólo*, um *centro*, representado por uma cidade dominante, outrora uma cidade-Estado, hoje uma capital econômica (nos Estados Unidos, por exemplo, Nova York, não Washington). Aliás, podem existir, inclusive de modo prolongado, dois centros simultâneos numa mesma economia-mundo: Roma e Alexandria ao tempo de Augusto, Antônio e Cleópatra; Veneza e Gênova ao tempo da guerra pela posse de Chioggia (1378-1381); Londres e Amsterdam, no século XVIII, antes da eliminação definitiva da Holanda. Pois um desses dois centros acaba sempre por ser eliminado. Em 1929, o centro do mundo, com um pouco de hesitação, passou assim, sem ambigüidade, de Londres para Nova York.
- Toda a economia-mundo se reparte em zonas sucessivas. O núcleo é a região que se entende em torno do centro: as Províncias Unidas (mas não todas as Províncias Unidas) quando Amsterdam domina o mundo no século XVII; a Inglaterra (mas não toda a Inglaterra), quando Londres, a partir da década de 1780, suplanta definitivamente Amsterdam. Depois, vêm as zonas intermediárias, em torno desse

núcleo central. Finalmente, muito amplas, as margens que, na divisão do trabalho que caracteriza a economia-mundo, são mais subordinadas e dependentes do que participantes. Nessas zonas periféricas, a vida dos homens evoca freqüentemente o Purgatório, ou mesmo o Inferno. E a razão suficiente disso é, realmente, a sua situação geográfica”²³.

Já Immanuel Wallerstein desenvolve a idéia de um “sistema-mundo”. Para ele, “um sistema mundial é um sistema social, um sistema que possui limites, estruturas, grupos, membros, regras de legitimação, e coerência. Sua vida resulta das forças em conflito que o mantêm unido por tensão e provocam sua desagregação na medida em que cada um dos grupos busca eternamente remodelá-lo em seu próprio proveito. Assemelha-se a um organismo, na medida em que tem um certo tempo de vida, durante a qual suas características podem mudar em alguns aspectos e permanecer estáveis em outros. Podem-se definir suas estruturas como fortes ou débeis em momentos diversos, tendo em vista a lógica interna de seu funcionamento. (...) até o presente momento têm existido apenas duas variedades desses sistemas mundiais: impérios-mundo, nos quais há um único sistema político sobre a maior parte de uma área, por mais brando que possa ser o controle efetivo, e aqueles nos quais tal sistema único não existe em toda a sua extensão. Por conveniência, e à falta de uma palavra melhor, utilizamos o termo ‘economia-mundo’ para definir os dois últimos. (...) A peculiaridade do sistema mundial moderno é que uma economia-mundo tenha sobrevivido durante quinhentos anos e que ainda não tenha chegado a se transformar em um império-mundo, o que constitui o segredo de sua força. Esta peculiaridade configura-se, do ponto de vista político, na forma de organização econômica daquilo que se denomina capitalismo. Este foi capaz de se desenvolver precisamente porque a economia-mundo continha dentro de seus limites não apenas um, mas múltiplos sistemas políticos”²⁴.

Octavio Ianni critica a posição de Braudel e de Wallerstein, porquanto “eles lêem as configurações da história e da geografia como uma sucessão, ou coleção de economias-mundo. Descrevem atenta e minuciosamente os fatos, as atividades, os intercâmbios, os mercados, as produções, as inovações, as tecnificações, as diversidades, as desigualdades,

²³ BRAUDEL, Fernand. *A dinâmica do capitalismo*. Rio de Janeiro: Rocco, 1987, p. 68-70. (grifos do autor).

²⁴ WALLERSTEIN, Immanuel. *El moderno sistema mundial: la agricultura capitalista y los orígenes de la economía-mundo europea en el siglo XVI*. México: Siglo Veintiuno, 1979, v. 1, p. 489-491. (tradução nossa).

as tensões e os conflitos. Apanham a ascensão e o declínio das economias-mundo. Mostram como Veneza, Holanda, Inglaterra, França, Alemanha, Estados Unidos, Japão e os demais países ou cidades, cada um a seu tempo e lugar, polarizam configurações e movimentos mundiais. Permitem reler o mercantilismo, o colonialismo, o imperialismo, o bloco econômico, a geoeconomia, a geopolítica em termos de economias-mundo. Reescrevem a história do capitalismo, como no caso de Wallerstein, ou a história universal, como no de Braudel, em conformidade com a idéia de economia-mundo”.

Segundo ele, “cada vez mais, no entanto, o que preocupa muitos pesquisadores no século XX, em particular depois da Segunda Guerra Mundial, é o conhecimento das realidades internacionais emergentes, ou realidades propriamente mundiais. Sem deixar de continuar a contemplar a sociedade nacional, em suas mais diversas configurações, muitos empenham-se em desvendar as relações, os processos e as estruturas que transcendem o Estado-nação, desde os subalternos aos dominantes. Empenham-se em desvendar os nexos políticos, econômicos, geoeconômicos, geopolíticos, culturais, religiosos, lingüísticos, étnicos, raciais e todos os que articulam e tensionam as sociedades nacionais, em âmbito internacional, regional, multinacional, transnacional ou mundial. A idéia de ‘economias-mundo’ emerge nesse horizonte, diante dos desafios das atividades, produções e transações que ocorrem tanto entre as nações como por sobre elas, e além dessas, mas sempre envolvendo-as em configurações mais abrangentes. Quando o pesquisador combina o olhar do historiador com o do geógrafo, logo revelam-se configurações e movimentos da realidade social que transcendem o feudo, a província e a nação, assim como transcendem a ilha, o arquipélago e o continente, atravessando mares e oceanos”.

De acordo com Ianni, “é claro que o pensamento de Braudel e Wallerstein distinguem-se sob vários aspectos, tanto no que se refere ao universo empírico como no relativo ao enfoque teórico. Braudel propõe uma espécie de teoria geral geo-histórica, contemplando as mais diversas configurações de economias-mundo. E está influenciado pelo funcionalismo originário de Durkheim e desenvolvido por Simiand e outros, combinando história, sociologia, geografia, antropologia e outras disciplinas. Ao passo que Wallerstein debruça-se sobre o capitalismo moderno, apoiando-se em recursos metodológicos muitas vezes semelhantes aos do estruturalismo marxista”²⁵.

²⁵ IANNI, Octavio, op. cit., 2000, p. 34.

Para Braudel, “a história tradicional, atenta ao tempo breve, ao indivíduo, ao evento, habituou-nos há muito a sua narrativa precipitada, dramática, de fôlego curto. A nova história econômica e social põe no primeiro plano de sua pesquisa a oscilação crítica e assenta sobre sua duração: prendeu-se à miragem, também à realidade das subidas e descidas cíclicas dos preços. Hoje, há assim, ao lado do relato (ou do ‘recitativo’ tradicional), um recitativo da conjuntura que põe em questão o passado por largas fatias: dez, vinte ou cinqüenta anos. Bem além desse segundo recitativo, situa-se uma história de respiração mais contida ainda, e, desta vez, de amplitude secular: a história de longa, e mesmo, de longuíssima duração. (...) Além dos ciclos e interciclos, há o que os economistas chamam, sem estudá-la, sempre, a tendência secular. Mas ela ainda interessa apenas a raros economistas (...) Entretanto, oferecem útil introdução à história de longa duração. São uma primeira chave. A segunda, bem mais útil, é a palavra *estrutura*. (...) Por *estrutura*, os observadores do social entendem uma organização, uma coerência, relações bastante fixas entre realidades e massas sociais. Para nós, historiadores, uma estrutura é, sem dúvida, articulação, arquitetura, porém mais ainda, uma realidade que o tempo utiliza mal e veicula mui longamente. Certas estruturas, por viverem muito tempo, tornam-se elementos estáveis de uma infinidade de gerações: atravancam a história, incomodam-na, portanto, comandam-lhe o escoamento. Outras estão mais prontas a se esfacelar. Mas todas são, ao mesmo tempo, sustentáculos e obstáculos”²⁶.

Por sua vez, Wallerstein “focaliza prioritariamente a anatomia e a dinâmica das realidades econômicas e políticas do capitalismo moderno, que denomina capitalismo histórico. São realidades vistas em âmbito nacional e internacional, compreendendo colonialismos, imperialismos, dependências, interdependências, hegemonias, tensões e conflitos. Esse o contexto das guerras e revoluções, destacando-se em especial os movimentos anti-sistêmicos”²⁷.

É o que se vê do comentário de Immanuel Wallerstein: “o capitalismo histórico funcionava numa economia-mundo, mas não num Estado-mundo. Muito pelo contrário. (...) as pressões estruturais militaram contra qualquer edificação de um Estado-mundo. Neste

²⁶ BRAUDEL, Fernand. *O Mediterrâneo e o mundo mediterrâneo*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1995. 2 v. (grifos do autor).

²⁷ IANNI, Octavio, op. cit, 2000, p. 20.

sistema, sublinhamos o papel decisivo dos múltiplos Estados – estruturas políticas as mais poderosas e, ao mesmo tempo, como poder limitado”²⁸.

Ianni salienta que, para Wallerstein, “a ‘economia-mundo’ está organizada com base no que ele próprio denomina ‘capitalismo histórico’, o que Marx havia denominado simplesmente ‘capitalismo’ ou ‘modo capitalista de produção’ e Weber denominara ‘capitalismo moderno’. A sua originalidade está em reconhecer que o capitalismo expandiu-se continuamente pelas mais diversas e distantes partes do mundo, o que desafia o pensamento científico do século XX, particularmente nas ciências sociais”²⁹.

Tendo em vista as análises de Braudel e Wallerstein, é importante considerar a questão do fim da guerra fria e seu significado para o sistema capitalista. De fato, a eliminação da polarização capitalismo/EUA, de um lado, e socialismo/URSS, de outro, levou à formação de várias economias-mundo regionais no âmbito da economia-mundo capitalista global.

Todavia, não eliminou os Estados-nação. Na verdade, o capitalismo, como modo de produção e processo civilizatório, permitiu a criação e a recriação do Estado-nação e do princípio da soberania.

Ressalte-se, porém, que o Estado-nação está mudando de figura com a globalização. Segundo Wallerstein, a economia-mundo se tornou, de fato, universal. Todos os Estados nacionais estão, em diferentes graus, integrados em sua estrutura central, estabelecendo-se um padrão de estratificação global, segundo a qual a economia mundial se divide em: áreas centrais, beneficiárias da acumulação; e áreas periféricas, em permanente desvantagem pelo processo de intercâmbio desigual. Porém, mantêm-se realidades locais, nacionais, regionais ou multinacionais, o que leva à permanência de lutas populares, disputas e guerras entre nações e revoluções nacionais e sociais. Ou seja: a economia-mundo é de tal forma complexa que transcende a tudo que é local, nacional ou regional.

²⁸ WALLERSTEIN, Immanuel. *O capitalismo histórico*. São Paulo: Brasiliense, 1985, p. 55.

²⁹ IANNI, Octavio, op. cit., 2000, p. 22.

Impasses e desafios

Diante do que foi exposto, podemos apontar alguns aspectos essenciais do recente processo de globalização e que constituem alguns de seus principais desafios. Primeiramente, deve-se salientar o fato de que o fenômeno correspondente a uma virtualidade do capitalismo, isto é, a algo que estava inscrito na própria lógica do sistema, e que se tornou realidade durante o século XX, ampliando-se sobremaneira depois da Segunda Guerra Mundial.

De fato, durante o período de guerra fria, o capitalismo conheceu uma fase de extraordinário desenvolvimento, tanto intensivo como extensivo. Com isso, impôs-se uma nova divisão internacional do trabalho e a flexibilização dos processos produtivos. Empresas e corporações adquiriram preeminência sobre as economias nacionais. Verificou-se um redesenho do mapa, diferente daquele que havia sido imposto pelos Estados-nação, e a intensificação de um processo iniciado no final do século XIX pelos *trusts* e cartéis, por meio da criação de verdadeiros monopólios.

A liberação das empresas transnacionais dos limites impostos pelos Estados-nação levou a um processo de completa internacionalização do capital, que constitui a base do fenômeno que se costuma definir como fábrica global e *shopping center* global. Na verdade, o que se verifica dentro da nova divisão internacional do trabalho é uma combinação de fordismo, neo-fordismo, toyotismo, flexibilização e terceirização. Sua difusão ampla foi possível mediante o desenvolvimento sem precedentes da eletrônica, que permitiu levar a uma generalização do capitalismo em termos geográficos e históricos.

Apesar desse movimento, que abarca todo o globo, verifica-se a permanência dos Estados-nação. Isso, contudo, não significa um entrave ao processo. Pelo contrário. A impossibilidade de os governos deixarem de participar do jogo garante fornecimento de força de trabalho constante, barata, disciplinada e submissa. Ademais, a permanência da necessidade de planejamento evita o caos das forças de mercado.

Por outro lado, a metamorfose da ciência em técnica e desta em força produtiva constitui um elemento fundamental do desenvolvimento do modo de produção capitalista, porquanto permite a multiplicação das condições e possibilidades de reprodução ampliada do capital e intensifica o próprio caráter civilizatório do capitalismo.

Finalmente, e em função da rapidez e da profundidade das transformações, parece estar havendo um esgotamento dos antigos conceitos e das formas conhecidas de interpretação dos fenômenos sociais. A nova sociedade global surge, pois como um novo objeto das ciências sociais, e sua compreensão impõe aos estudiosos a proposição de novos modelos e paradigmas para análise.

A globalização deve, portanto, ser analisada em seus diversos aspectos: como totalidade problemática, complexa e contraditória; como cenário mais amplo de desenvolvimento desigual, combinado e contraditório, isto é, como expressão de diversidades, localismos e identidades, porquanto não há homogeneização, mas, sim, diferenciação em níveis diversos daqueles do passado; como história universal transformada em realidade; e, por fim, como a possibilidade de desenvolvimento de um pensamento global.

Bibliografia:

- AMIN, Samir. *El capitalismo en la globalización*. Barcelona: Piados, 1999.
- ANDERSON, Perry. *A crise da crise do marxismo*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- ANDERSON, Perry. *O fim da história (de Hegel a Fukuyama)*. Rio de Janeiro: Zahar, 1992.
- ARBEX, J. *Nacionalismo: o desafio da nova ordem pós-socialista*. São Paulo: Scipione, 1993.
- ARRIGHI, Giovanni. *O longo século XX*. Rio de Janeiro/São Paulo: Contraponto/UNESP, 1996.
- ARRIGHI, Giovanni. *A ilusão do desenvolvimento*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- ASH, T. G. *Nós, o povo: a revolução de 1989 em Varsóvia, Budapeste, Berlim e Praga*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- ATTALI, Jacques. *Milenio*. Barcelona: Seix Barral, 1991.
- BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *A reunificação da Alemanha*. São Paulo: Global, 2001.
- BARNET, Richard. *Poder global*. Rio de Janeiro: Record, 1994.

- BARNET, Richard. *Global dreams: imperial corporations and the new world order*. Nova York: Simon & Schuster, 1994.
- BAUMAN, Z. *Globalização: as consequências humanas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.
- BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.
- BLACKBURN, R., org. *Depois da queda: o fracasso do comunismo e o futuro do socialismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
- BORGES, Jorge, Luis. *El libro de arena*. Madri: Alianza Editorial, 1981.
- BRAUDEL, Fernand. *A dinâmica do capitalismo*. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.
- BRAUDEL, Fernand. *O Mediterrâneo e o mundo mediterrâneo*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1995. 2 v.
- BUKHARIN, N. *La economía mundial del imperialismo*. Córdoba: Pasado y Presente, 1973.
- CAMILLIERI, Joseph A .; FALK, Jim. *The end of sovereignty*. Hants: Edward Elgar, 1992.
- CHANCELLOR, Edward. *Salve-se quem puder: uma história da especulação financeira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.
- CHOMSKY, Noam. *Novas e velhas ordens mundiais*. São Paulo: Scritta, 1996.
- CHOMSKY, Noam. *Propaganda e consciência popular*. Bauru: EDUSC, 2003.
- CHOMSKY, Noam. *O que Tio Sam realmente quer*. Brasília: UnB, 1999.
- CHOSSUDOVSKY, Michel. *A globalização da pobreza*. São Paulo: Moderna, 1999.
- FIORI, J. L.; MEDEIROS, C. *Polarização mundial e crescimento*. Petrópolis: Vozes, 2001.
- FORRESTER, Viviane. *O horror econômico*. São Paulo: UNESP, 1997.
- FROEBEL, Folker et al. *The new international division of labour: structural unemployment in industrialized countries and industrialization in developing countries*. Cambridge: Cambridge University Press, 1980.
- GREIDER, William. *O mundo na corda bamba*. São Paulo: Geração, 1997.

- HARVEY, David. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1994.
- HILFERDING, R. *O capital financeiro*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- HOBSBAWM, Eric J. *A era dos extremos: o breve século XX (1914-1989)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- HOBSBAWM, Eric J. *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- HOBSBAWM, Eric J. *O novo século (entrevista a Antonio Polito)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- HOBSON, John A. *A evolução do capitalismo moderno*. São Paulo: Nova Cultura, 1985.
- HORKHEIMER, Max. *Eclipse da razão*. Rio de Janeiro: Editorial Labor do Brasil, 1976.
- IANNI, Octavio. *Teorias da globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- IANNI, Octavio. *Desafios da globalização*. Petrópolis: Vozes, 1999.
- IANNI, Octavio. *Enigmas da modernidade-mundo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- IANNI, Octavio. *A era do globalismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.
- IANNI, Octavio. Globalização e a nova ordem internacional In: REIS FILHO, D. A.; FERREIRA, J.; ZENHA, C., org. *O século XX, o tempo das dúvidas: do declínio das utopias às globalizações*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- JAMESON, F. *Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio*. São Paulo: Ática, 1997.
- KENNEDY, Paul. *Ascensão e queda das grandes potências: transformação econômica e conflito militar de 1500 a 2000*. Rio de Janeiro: Campus, 1989.
- KLIKSBERG, B. *Como transformar al Estado?* México: Fondo de Cultura Económica, 1993.
- KURZ, Robert. *O colapso da modernização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- LENIN, V. I. Imperialismo, fase superior do capitalismo In: *Obras escolhidas*. São Paulo: Alfa-Omega, 1982, v.1.
- LEVITT, Theodore. *A imaginação do marketing*. São Paulo: Atlas, 1991.
- LUXEMBURG, Rosa. *A acumulação do capital*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- Texto integrante dos Anais do XVIII Encontro Regional de História – O historiador e seu tempo. ANPUH/SP – UNESP/Assis, 24 a 28 de julho de 2006. Cd-rom.

- McLUHAN, Marshall. *A imagem, o som e a fúria*. São Paulo: Cultrix, 1973.
- NERE, Jacques, org. *História contemporânea*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.
- OFFE, Claus. *Capitalismo desorganizado*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- ORTIZ, R. *Um outro território: ensaios sobre a mundialização*. São Paulo: Olho d'água, 1996.
- ORTIZ, R. *Mundialização e cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- RAMONET, I. G. *A desordem das nações*. Petrópolis: Vozes, 1996.
- RIFKIN, J. *O fim dos empregos*. São Paulo: Makron, 1996.
- SANTOS, M., org. *O novo mapa do mundo: o fim do século e globalização*. São Paulo: Hucitec, 1993.
- SARAIVA, J. F. S., org. *Relações internacionais contemporâneas: da construção do mundo liberal à globalização*. Brasília: Paralelo 15, 1997.
- SECO, Juan Francisco Martín. *La farsa neoliberal*. Madri: Temas de Hoy, 1995.
- TAVARES, Maria da Conceição; FIORI, José Luís. *Poder e dinheiro: uma economia política da globalização*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- TROTSKY, Leon. Prefácio In: *A revolução permanente*. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.
- VIZENTINI, P. G., org. *A grande crise: a nova (des)ordem dos anos 80 e 90*. Petrópolis: Vozes, 1992.
- WALLERSTEIN, Immanuel. *O capitalismo histórico*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- WALLERSTEIN, Immanuel. *El moderno sistema mundial: la agricultura capitalista y los orígenes de la economía-mundo europea en el siglo XVI*. México: Siglo Veintiuno, 1979. 2 v.